



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Circular nº 004/2020

Brasília(DF), 07 de janeiro de 2020

Às seções sindicais, secretarias regionais e à(o)s diretores(a)s do ANDES-SN

Companheiro(a)s,

Encaminhamos, para conhecimento, o relatório do **Seminário Histórias do Movimento Docente: “LUTAS POR AUTONOMIA E LIBERDADE ONTEM E HOJE”** realizado nos dias 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro de 2019, na Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – Campus Carreiros – Auditório da APROFURG, Rio Grande(RS).

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações sindicais e universitárias.

Prof^a. Caroline de Araújo Lima
1ª Secretária



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
RELATÓRIO DO SEMINÁRIO
HISTÓRIAS DO MOVIMENTO DOCENTE:
LUTAS POR AUTONOMIA E LIBERDADE ONTEM E HOJE

Data: 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro de 2019 (sexta, sábado e domingo)
Local: Universidade Federal do Rio Grande (FURG) – Campus Carreiros – Auditório da APROFURG - Av. Itália, km 8, Carreiros, Rio Grande, RS.

Presentes

Diretore(a)s do ANDES-SN: Ana Maria Ramos Estevão, Carlos Alberto da Fonseca Pires, Fernando Lacerda, Ginter Tlajja Leipnitz, Josevaldo Pessoa da Cunha, Luiz Henrique Blume, Robert Charles Ponge, Roberto Camargos Malcher Kanitz e Rodrigo Medina Zagni.

Seções Sindicais: APROFURG, ADUFPEL, SESDUFMS, Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, Seção Sindical do ANDES-SN na UFSC, ADUFPA, ADUFF, ADURRJ, ADUFMAT, ADUFPA, ADUFPB, ADUFCG, SINDCEFET-MG, SINDUECE e ADUSC

Entidade convidada: ADUFC (em processo de retorno ao ANDES-SN).

As Listas de Presença indicam representações de 15 seções sindicais, mais a ADUFC, sendo 13 (+1) instituições federais e 2 estaduais.

INTRODUÇÃO:

Cumprindo resolução do 38º Congresso do ANDES-SN, realizado em Belém/PA de 28 de janeiro a 2 de fevereiro de 2019, promovemos nos dias 29 e 30 de novembro e 1º de dezembro de 2019 o Seminário “Histórias do movimento docente: lutas por autonomia e liberdade ontem e hoje”, sediado pela APROFURG, nas dependências da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Campus Carreiros, na cidade de Rio Grande/ RS.

Estiveram presentes quinze (15) seções sindicais, com quarenta e dois (42) participantes e nove (9) diretore(a)s do ANDES-SN.

O encontro foi organizado em três dias, com a realização de cinco mesas de debates.

Para a realização desse encontro, foram convidados para a mesa de abertura o Sindicato do Pessoal Técnico-Administrativo da FURG (APTAFURG), que integra a



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior FASUBRA, a Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal do Rio Grande (APROFURG) e a Secretaria Regional-RS do ANDES-SN.

O encontro foi filmado e as mesas de exposição serão editadas para posterior divulgação das apresentações.

1º Dia do Encontro – 29 de novembro de 2019:

A mesa de abertura teve início às 18h30 e contou com a presença de Celso Carvalho, Coordenador da APTAFURG; de Cristiano Ruiz Engelke, Presidente da APROFURG; e Ginter Leipnitz, pela Secretaria Regional-RS do ANDES-SN.

Após a mesa de abertura foi iniciada a primeira mesa de debate do encontro, que ficou assim organizada:

RODA DE CONVERSA 1 – Movimento docente na ditadura empresarial-militar no Brasil (1964-1985)

Palestrantes:

Ana Maria Ramos Estevão (ANDES)

Roberto Leher (UFRJ)

Cléverton Oliveira (APROFURG)

Coordenação: Ginter Leipnitz (Diretoria Nacional do ANDES-SN)

Relatoria da mesa:

A primeira fala foi da prof^ª. Ana Maria, que traçou um panorama da instalação da ditadura; projeto de longo prazo da ditadura. A UNE é jogada na ilegalidade, entre outras medidas autoritárias. Ela estabelece uma linha do tempo e constrói sua narrativa assim. A ênfase foi nas lutas por direitos e como diversos avanços foram frutos desses embates.

A segunda fala foi de Roberto, que realizou uma abarcante análise de conjuntura. Estabelece uma relação entre o projeto de Universidade dos militares, a partir do golpe. Aponta, entre outras coisas que a pós-graduação, no Brasil, acontece na ditadura empresarial-militar; e como esse fomento à produção científica será desenhada pelo poder vigente, com órgãos de fomento externos, etc.

Posteriormente Cleverton realizou uma apresentação dos desdobramentos do golpe de 1964 na realidade local. Ao final das falas deu início ao debate com várias perguntas.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

2º Dia do Encontro – 30 de novembro de 2019

MESA 1 – A organização do(a)s trabalhadore(a)s, sindicatos e luta de classes

Palestrantes:

Sâmbara Paula Francelina Ribeiro (UECE)

Aldrin Castelucci (UNEB)

Coordenação: Luiz Henrique Blume (Diretoria Nacional do ANDES-SN)

Relatoria da mesa:

Sâmbara Paula Francelina Ribeiro, em sua exposição, afirmou como elementos centrais do processo de organização do(a)s trabalhadore(a)s seus aspectos históricos, determinantes estruturais ideológicos e políticos, bem como a trajetória dos sindicatos nos avanços, retrocessos e perspectivas que cumulam. Desde a colonização se impõem díades como escravocratas e escravos, oligarcas e povos, latifundiários e agricultores, burgueses e proletários. A desigualdade adquire conformidade na sociedade produzindo tensões inevitáveis, logrando a submissão passiva ou ativa numa ordem que pode ser abalada por explosão de contradições. Grandes insurreições, nesses termos, ganham, forma: confederação dos tamoios, movimento tenentista, coluna prestes, entre outros. A nossa sociedade a partir da opressão capitalista, jamais teve um processo de democratização da política. A desigualdade e opressão caminham de uma forma passiva produzindo uma falsa perspectiva de harmonia: “Brasil de todos”, síntese do engodo da conciliação, escondendo o processo de crise da ideologia do capital, muitas vezes apresentando-se em forma de fratura onde as contradições aparecem no processo de divisão de classe. A resistência índia, negra e popular está presente na organização da classe trabalhadora, enquanto elites agrárias impõem um modelo da organização da sociedade burguesa, organização que, por sua vez, está vinculada às contradições da relação capital-trabalho. As lutas sindicais desde o início do século XX concentram a atuação no período do final da ditadura militar, final portanto das décadas de 1970 e 1980 quando se dá a criação da CUT. Marco inaugural de uma fase de ascensão operária, marco inaugural também da crítica mais incisiva à ditadura na defesa de um novo sindicalismo, o que se expressou na greve dos metalúrgicos do ABC. A década de 1980 é de ampliação das greves, totalizando quase 4.000 greves, inclusive funcionalismo público. Há um notável período de descenso nas lutas sindicais ao longo da década seguinte. Dentre os determinantes no refluxo da resistência: o neoliberalismo; a redefinição das relações sociais; as ações dos sujeitos que realizam as ações do movimentos sindicais. É preciso registrar também as transformações dos processos produtivos, de modelos rígidos de acumulação flexível, para a flexibilização da gestão da força do trabalho. A crescente precarização do trabalho somada aos altos índices de desemprego marcam o processo de fragmentação da classe trabalhadora que se heterogeneizou. O contexto produz o discurso ideológico do fim do socialismo com a

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior queda do muro de Berlim e o desmoronamento da esquerda tradicional, no combate serrado ao sindicalismo classista. Nesse novo conformismo social são produzidas novas estratégias para esconder as contradições entre o capital e trabalho, com a propagação do individualismo, do particularismo e de uma atomização crescente das relações sociais. As mudanças conformam as ações dos sujeitos dos sindicatos: de uma base social que produziu grandes mobilizações às vitórias eleitorais do PT, refletem a conciliação que se impõe em toda a década seguinte. Tendo a CUT como um polo irradiador dessa prática, associada a um forte processo de criminalização das lutas, como parte do processo de retirada de direitos, judicialização, espancamento, tortura, balas de borracha: a classe trabalhadora foi alvo de intensa repressão estatal. A narrativa que se impõe é a da negação da luta de classes. No anverso deste quadro, setores oprimidos que estão na dinâmica da luta concreta apontam para a perspectiva revolucionária, por vezes mais consequentes, enquanto a frente popular fortalece projetos reacionários. Trata-se do reflexo da contradição entre acumulação privada e produção social da riqueza. Indicadores de desigualdade social demonstram um número de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza, sobretudo pessoas pretas e pardas. Perspectivas para a resistência social: romper a enorme barreira social que separa a classe trabalhadora estável de trabalhadore(a)s intermitentes; compreender a necessidade de organização da classe trabalhadora que tem forte perfil inter-relacional de gênero, raça, etnia e geração; incorporar também aqueles contingentes de novos proletários de serviços, muitos sem nenhuma experiência de atuação na organização sindical. O sindicalismo de classe tem que estar atento para questão de preservação da natureza e da humanidade.

Já a fala de Aldrin Castelucci ocupou-se, de início, das primeiras organizações do(a)s trabalhadore(a)s do século XX, as associações de auxílio-mútuo: suas origens históricas, suas funções, relações com corporações de ofício e irmandades religiosas, classe, “raça” e antirracismo, vigência histórica de mutualismo etc. As associações de auxílio-mútuo foram criadas para amparar o(a)s trabalhadore(a)s em períodos de dificuldades de sobrevivência (pensão, auxílio funeral, salários em períodos de desempregado(a)s). Também era uma resposta ao estado brasileiro contra as contradições das corporações de ofício. Sindicatos foram criados para proteger o(a)s trabalhadore(a)s no mercado do trabalho. Muitas associações de auxílio mútuo desenvolviam atividades das corporações de ofício. Elas faziam a combinação da defesa da classe levando em conta os elementos da dimensão étnico racial (defesa do(a)s trabalhadore(a)s negro(a)s, sociedade protetora dos desvalidos etc.). Na década de 1830 muitas existem em cidades como Salvador, mas ainda sem nenhuma importância política. A Constituição Republicana não oferece proteção à(o)s trabalhadore(a)s, produzindo a desregulamentação das relações entre capital e trabalho. Em 1890



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

inúmeras organizações políticas foram fundadas com o nome de partidos operárias e socialistas. Os partidos operários foram criadas com bandeiras de direito de voto para mulheres e soldados: bandeiras combinadas com bandeiras sindicais (salários, horas de trabalho); a República não fez nada diferente do império e os partidos começaram a fazer oposição a esse regime. O sindicalismo não tinha uma única cara na primeira república. As organizações sindicais eram chamadas de ligas, associações, e entre diversas experiências, duas se destacam: o sindicalismo de ação direta (anarco-sindicalismo), desburocratizado e que fazia aposta na educação como instrumento de conscientização do(a)s trabalhadore(a)s; e o sindicalismo amarelo ou reformista, de grande heterogeneidade ideológica, grande diversidade e solidez pragmática, eram maiores, mais fortes e capazes de organizar caixa de greve e caixa de auxílio, tinham uma expectativa de consolidação de ganhos para o(a)s trabalhadore(a)s por meio da promulgação de leis. Durante a Revolução de 1930, três ações foram tomadas: Ministério do Trabalho, promulgação do decreto de dois terços (garantir a inserção do(a)s trabalhadore(a)s brasileiro(a)s no mercado de trabalho); controle policial de estrangeiro(a)s e desempregado(a)s; estabelecimento da igualdade de salários entre nacionalidade e entre homens e mulheres; segundo decreto (Decreto nº 19.770). Com o reconhecimento do sindicato como representante do(a)s trabalhadore(a)s o Estado se coloca como mediador, com estabelecimento de carta de reconhecimento para demandar do estado. Na vigência histórica do sindicalismo corporativo percebe-se muita continuidade e poucas mudanças. Com o novo sindicalismo os intelectuais olham 1978 e buscam elos com 1917. Com o novo sindicalismo os trabalhadores sonham com 3 refeições ao dia, casa própria e um carro e ir à praia com a família, ou seja, acomodam-se com os próprios valores que de início propunham-se combater. 1917 não foi regra e 1978 também não! A perspectiva do sindicalismo único e do imposto sindical, a expansão de precarização do trabalho, a fragilização dos sindicatos nos impõem severas questões: o ANDES e a luta contra a manutenção do imposto sindical; pautas identitárias versus luta de classes (não necessariamente devem estar uma contra a outra); autonomia do ANDES num período de ataque de deslegitimação da categoria, a Influência dos partidos políticos sobre os sindicatos. Não desconsiderar o que é esse governo: o(a)s trabalhadore(a)s vêm enfrentando o processo de desregulamentação há décadas no mundo! Parece que a classe não tem mais forças para fazer os enfrentamentos: é preciso que os sindicatos encontrem formas de fortalecimento dessa organização. Ao passo das estratégias de dismantelamento da classe trabalhadora ela vem se reinventando e é precisa contrapor esse processo. O mito do empreendedorismo aposta no individualismo e devemos construir espaços de formação e construção coletivas e isso não tem receita: se constrói na luta. As centrais têm um papel importante da luta sindical e da luta política, mas não substituem os partidos políticos.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

RODA DE CONVERSA 2 - “Do ANDES ao ANDES: a organização do movimento docente”

Palestrantes:

Kenia Aparecida Miranda (UFF)

Robert Ponge (UFRGS)

Sadi Dal Rosso

Coordenação: Roberto Camargos Malcher Kanitz (Diretoria Nacional do ANDES-SN)

Relatoria da mesa:

Kenia Aparecida Miranda abordou o processo de criação do sindicato, de uma história de organização que tem curso na luta concreta, primeiro como associação nacional de docentes do ensino superior, até tornar-se sindicato. Para isso, refletiu sobre a natureza do trabalho docente e suas distintas caracterizações, dentre aquelas mais ou menos solidárias, no debate de base, ao conjunto da classe trabalhadora. Com a constituinte de 1988, a associação se torna então um sindicato, não como algo formal, mas como resultado de um debate bastante disputado na base pelo posicionamento do movimento docente nas lutas sociais em curso. Atravessando a década de 1990, o sindicato nacional disputa processos como o da criação da LDB, do Plano Nacional de Educação, e desenvolve também suas mais agudas contradições internas, batendo-se contra o Comando Nacional de Greve de 1998, com isso de suas próprias deliberações de base, a ponto de um congresso extraordinário ser convocado a fim de denunciar o caráter autoritário daquela gestão, reafirmando a concepção sindical e organizativa do sindicato, questionando o “sindicalismo de resultado”, e que culmina na formação do PROIFES.

Robert Ponge falou de aspectos de sua biografia e trajetória acadêmica e política que se confundem com a história do ANDES. Debruçou-se sobre os “primeiros tempos” da então associação, com o escopo de lançar luzes sobre o tempo presente, num misto de análises e depoimentos calcados em suas lembranças. De 1974 a 1984 a ditadura militar entra em crise, o que diz respeito ao nascimento e organização do movimento docente culminando na forma primeira de associação. Como movimento docente moderno tem início entre 1974 e 1976, da UFSC, da ADUSP, ADUNESP, ADUNIMEP, APROPUC e ADUNICAMP, entre outras associações que, em 1978, passam a proliferar animadas por esta etapa primeira. Em 19 de fevereiro de 1981 um congresso docente, reunindo 17 AD’s, decide por criar a Andes a partir de uma coordenação nacional das AD’s, como reflexo de um processo crescente de organização do movimento docente que espelha o processo nacional de mobilização e reorganização da classe trabalhadora, da juventude, do(a)s estudantes. Destacou, neste processo, o ascendo do movimento estudantil na luta contra a ditadura e sua articulação com



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior instituições como a SBPC; também do movimento operário na organização das primeiras greves contra o regime e as grandes greves do ABC paulista, impulsionando todo o movimento sindical na esteira de grandes mobilizações.

Sadi Dal Rosso destacou em sua fala a crítica ao corporativismo sindical, contribuindo com a elucidação de problemas colocados até o tempo presente. Isso porque a crítica ao corporativismo caracterizou o movimento docente, espelhando todo o movimento sindical, marcando o processo de criação da Andes ainda como associação. Tratou da questão da autonomia sindical e do imposto sindical, e da trajetória do Andes frente a essas polêmicas questões, com a criação de “unidades fictícias” de organização sindical e a fragmentação do movimento sindical com a proliferação de sindicatos corporativos e pelegos, no desentendimento com suas próprias bases no movimento do(a)s trabalhadore(a)s. Encerrou suas reflexões tratando da fragmentação do movimento sindical e do quão nocivo é este processo frente os desafios do tempo presente.

Roberto Kanitz mediou o debate entre expositores e público. Terminadas as inscrições foram encaminhadas à mesa perguntas que versaram sobre a criação do PROIFES e como isso foi vivido “por dentro” do sindicato; a equiparação da carreira e como isso se efetivou; a importância do movimento de greve, desde uma perspectiva histórica, como instrumento de mobilização e de luta frente aos direitos que têm sido perdidos; a filiação do Andes à CUT e seus significados na quadra histórica respectiva; a articulação entre universidades públicas federais, estaduais e privadas na criação do Andes; o processo de criação do PROIFES sob brados de que o Andes seria destruído e a luta pela manutenção do registro sindical, e por fim a importância da dedicação exclusiva.

Sadi falou da composição unificada da carreira docente no processo de fusão entre fundações e autarquias; sobre o instrumento da greve criticou visões que afirmam a necessidade de “superar” essa forma de luta como discurso típico das forças que criaram e conduzem o Proifes. Afirmou que as contribuições de Marx são essenciais para o entendimento da luta de classes dentro do movimento docente e do movimento sindical como um todo. Ponge afirmou que a greve é a nossa única arma, isso porque as razões da negociação nos impelem à greve e que o histórico de greves do ANDES foi recentemente atualizado por meio de um cuidadoso levantamento que afirmou a vitória da maior parte das greves; tratou dos esforços governamentais por desestruturar a carreira docente e da luta do sindicato por uma única linha na composição salarial; tratou do classismo e seu anverso, o colaboracionismo, para afirmar a independência de classe necessária ao movimento do(a)s trabalhadore(a)s. Resgatou do movimento docente o debate sobre a CUT que antecedeu o processo de filiação àquela central,



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior opondo ao novo sindicalismo independente o peleguismo que se expressava, no movimento docente, em posições partidárias. Kenia afirmou que as fontes fundamentais de seu trabalho foram os documentos elaborados durante processos de greve, o que afirma a greve como instrumento primordial de resistência contra os sucessivos projetos do governo pela mercantilização da educação, pelo menos desde 1981.

MESA 2 – A memória do ANDES-SN: a Comissão da Verdade do ANDES e CEDOC

Palestrantes:

Ana Maria Ramos Estevão (ANDES-SN)

Carlos Alberto Pires (ANDES-SN)

Roseni Ximenes (CEDOC)

Coordenação: Cristiano Ruiz Engelke (APROFURG)

Relatoria da mesa:

A arquivista do CEDOC, Roseni Ximenes, apresentou a organização e os objetivos do CEDOC - Centro de Documentação e Memória Osvaldo Maciel, do ANDES-SN. A documentação é composta de material produzido pelo ANDES desde a sua fundação, e inclui entre outros, as atas de fundação do sindicato. Além de ter em sua origem a documentação corrente do sindicato, também abriga material de algumas seções sindicais. O CEDOC organizou um projeto de Memória, que foi apresentado em reunião do pleno do GTHMD e aprovado em reunião da diretoria nacional. Constituiu-se uma tabela de temporalidade e uma Comissão Permanente de Avaliação de documentos, que vai organizar a forma de descarte e de organização dos documentos. As pesquisas podem ser solicitadas pelo e-mail do cedoc@andes.org.br. O projeto de Memória do CEDOC já fez uma avaliação de todo o acervo documental e já iniciou a fase de higienização e catalogação da documentação.

A professora Ana Maria iniciou tratando das questões da memória e da necessidade de manter a discussão viva sobre as memórias traumáticas, que as clínicas da violência denominam “dor congelada”. Foi necessário que os crimes contra a humanidade cometidos pelo nazismo fossem julgados em tribunais internacionais para que as memórias das vítimas pudessem vir à tona. O ANDES-SN criou a Comissão da Verdade no 32º Congresso, em 2013. Entre os objetivos da comissão, destacam-se a busca de memórias das vítimas do regime empresarial-militar e denunciar as continuidades dos regimentos e legislações nas universidades. O Brasil é o único país do Cone Sul que passou por ditaduras e não existe um memorial nacional sobre as violações aos direitos humanos. A Comissão Nacional da Verdade foi criada em 2014 para investigar os crimes de consciência cometidos por agentes do Estado brasileiro. O Brasil possui um aparato repressor muito forte, que se mantém após 21 anos de ditadura empresarial-militar. Esse aparato sempre foi utilizado contra as populações marginalizadas da sociedade. A Lei da Anistia foi utilizada pelo regime militar para esquecimento dos crimes cometidos pelos agentes do Estado, e não para uma



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior conciliação nacional. A permanência das estruturas violentas do Estado são parte de uma estratégia de marginalização das classes populares, especialmente negros e índios. As questões apontadas nas diversas comissões da Verdade indicam que a violência policial mantém as práticas de tortura e desaparecimento de pessoas, como foi o caso Amarildo. Como está o resultado dos trabalhos da Comissão da Verdade do ANDES? Há um relatório que ainda está sendo finalizado, mas alguns resultados parciais já podem ser indicados. O pesquisador Milton Pinheiro, que foi membro da CV ANDES 2017-2018 realizou um estudo que indicou mais de 1000 pessoas da comunidade universitária, entre docentes, estudantes e servidore(a)s técnico(a)s. O que podemos fazer com essa pesquisa? A CV do ANDES-SN poderia iniciar uma luta para julgar e punir os criminosos que foram responsáveis por crimes contra docentes, estudantes e técnico(a)s nos tribunais internacionais? É importante salientar que os crimes cometidos na ditadura e os aparatos do Estado continuam a ser cometidos, mas em periferias e contra a população mais vulnerável, de negro(a)s e população LGBT. A professora Ana Maria também convidou as seções sindicais à construir suas comissões da Verdade locais, e que as diretorias respondam aos formulários enviados pela CV do ANDES-SN.

Encaminhamentos e recomendações:

- Reforçar a importância do GTHMD e das CV locais;
- Orientar que as seções sindicais organizem a sua documentação com vistas à criação de Centros de Documentação;
- Criar uma cartilha de orientação que subsidie como tratar a documentação das seções sindicais, tendo em vista a possibilidade da criação dos Centros de Documentação das seções sindicais;
- Publicar o estudo realizado pelo professor Milton Pinheiro, contendo uma relação dos atingidos pelos órgãos de repressão nas universidades;
- Que seja feito um novo contato com a família do professor Márcio Oliveira sobre a possibilidade da doação dos documentos e material do ANDES-SN;

3º Dia do Encontro – 1º de dezembro de 2019

MESA 3 – Concepção sindical do ANDES-SN

Palestrantes:

Amauri Fragoso (URCG)

Coordenação: Rodrigo Medina Zagni (Diretoria Nacional do ANDES-SN)



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

Relatoria da mesa:

A mesa foi aberta pelo professor Amauri Fragoso destacando aspectos do magistério superior que foram conquistas do ANDES-SN e que são frequentemente esquecidos: aposentadoria integral, dedicação exclusiva, seleção por concursos públicos etc. Além disso, destacou como o sindicato funcionou como uma escola de formação que contribuiu para reconhecer e enfrentar processos como machismo, racismo, homofobia etc. Em seguida destacou a necessidade de se associar a reflexão sobre a estrutura sindical do ANDES-SN com a sua história e com a conjuntura atual. Para tanto, começou destacando uma breve história do movimento sindical no Brasil. Em um primeiro período, 1900-1930, o movimento docente era restrito, existiam poucas escolas e a maior parte vivia em regimes bem precários. O período foi marcado por grandes lutas encabeçadas por operários e camponeses. As maiores greves foram construídas por bairros e não por locais de trabalho. Destacou como marco fundamental o processo de organização do movimento docente nos marcos das reações da sociedade ao governo Geisel (1974-1979): explosão das greves do ABC no fim dos anos 1970, revogação do AI-5 e a organização do CONCLAT em 1981. O ANDES-SN foi criado em 1978, no contexto de retomada de greves e do movimento sindical. Nesse período, para realizarem greves, o(a)s trabalhadore(a)s precisavam enfrentar: proibição da greve e repressão, burocracias sindicais e verticalização da estrutura sindical. O(A)s servidore(a)s público(a)s construíram associações (pois não tinham direito de greve) e comandos de greve altamente democráticos e participativos. Existia um amplo setor do movimento do(a)s trabalhadore(a)s, tanto no setor público, quanto no setor privado, que defendiam a ruptura com a estrutura sindical oficial e a construção de novas experiências de organização. É neste contexto que aparecem debates importantes na construção do ANDES-SN: papel do sindicato, sindicato local X sindicato nacional, democracia de base etc. Do período, resultam elementos importantes do movimento docente: o enfrentamento à ditadura capitalista sob tutela militar realizando denúncias da violência da ditadura e lutando por liberdades democráticas; afirmação da autonomia do movimento sindical, o que se mostrou por uma recusa em se submeter ao Ministério do Trabalho; elaboração de um projeto original e singular de sindicato que recusava a fragmentação do trabalho docente criada pelas diferentes formas de contratação e buscava representar o conjunto do(a)s docentes do ensino superior; a defesa de temas políticos que ultrapassavam o corporativismo e que se expressaram, especialmente, na defesa de um projeto de educação pública e gratuita, assim como a defesa de um sistema único para educação nacional. Um momento histórico crucial foi a organização do I Encontro Nacional da ANDES em 1979 com 24 AD e 3 comissões pró-AD. Deste encontro, é realizada uma reunião extraordinária que organiza a coordenação nacional das AD, avançando na construção da entidade nacional. Finalmente, em 1981, após o III ENAD e durante o I CNDU, com 317 delegados e 67 AD e comissões AD foi criada a

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANDES. O professor Amauri destacou, em seguida, como os encontros nacionais foram ampliando a participação de delegados e AD. Nos encontros nacionais sempre predominaram debates sobre: defesa da educação pública e gratuita, a democratização da universidade e a defesa de questões trabalhistas e salariais. Desde a fundação da ANDES, inúmeras disputas apareceram no seu interior. Essas disputas contribuíram para importantes avanços, como a criação dos grupos de trabalho – os quais são instrumentos fundamentais para dar sustentação para a elaboração política. A partir de 1982, o movimento docente avançou em decisões que marcam a trajetória do ANDES-SN: não construir uma federação, mas um sindicato nacional com organização por local de trabalho; realização da eleição direta, contra setores que queriam eleição indireta; e organização horizontal com assembleias de base definindo a política e o(a)s delegado(a)s para congresso nacional com delegado(a)s eleito(a)s de acordo com o número de sindicalizado(a)s de base. Este último elemento é fundamental: nas instâncias deliberativas do ANDES-SN, a diretoria nacional tem apenas um voto, isto significa que o fator definitivo na elaboração e deliberação política são o(a)s delegado(a)s de base que atuam no congresso e não a diretoria. A concepção de sindicato do ANDES-SN se expressa também em sua política de financiamento: quem arrecada e faz os repasses é a seção sindical de base, não é centralizado pelo escritório nacional. Da mesma forma, há o rateio das despesas dos eventos nacionais Congressos e nos CONAD. Assim, cada sindicalizado(a) contribui para o funcionamento do Sindicato Nacional e não apenas de sua seção sindical. As seções mais ricas pagam mais e as seções menores pagam menos – sem que isso prejudique seu direito de participar e definir os rumos da vida do Sindicato Nacional. Ao mesmo tempo, a democracia é garantida pela autonomia financeira e administrativa da seção sindical. A transformação em sindicato nacional ocorreu após a promulgação da Constituição Federal, a qual legalizou a sindicalização de servidore(a)s público(a)s. Neste momento, o debate sobre o ANDES virar uma federação de sindicatos locais apareceu novamente. A partir daí foram se configurando os principais desafios que marcaram os anos 1990. Um deles foi o enfrentamento à tentativa de setores ligados ao PT de transformar o movimento docente em braço sindical do governo. Daí resulta o sindicato virtual que é criado a partir de articulação entre MEC e setores do movimento docente que passaram a combater a atuação autônoma e democrática do ANDES-SN. Atualmente, o ANDES-SN enfrenta avanços e retrocessos que resultam de uma conjuntura complexa marcada por: mudanças no nível de consciência do movimento docente (dificuldades de enxergar o pertencimento à classe trabalhadora), os efeitos da reestruturação produtiva e da contrarreforma do estado nas organizações do(a)s trabalhadore(a)s; mudanças na base social das universidades e incursões do capital sobre o seu funcionamento e organização; fortalecimento do produtivismo exacerbado; problemas na relação entre atuação sindical e construção de projeto estratégico de classe. Finalizando a fala de

ENSINO PÚBLICO E GRATUITO: DIREITO DE TODOS, DEVER DO ESTADO.



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior
abertura o professor Amauri destacou o que considera os principais desafios políticos para a organização do ANDES-SN: (1) situação de crise do capitalismo que se expressa na diminuição dos empregos e no aprofundamento da exploração da classe trabalhadora; (2) avanços dos ataques do capital, especialmente a terceirização e as contrarreformas da previdência e trabalhista; (3) dificuldade na construção da unidade da classe em um período de descaracterização da classe trabalhadora; (4) substituição do trabalho em favor da luta sindical pela disputa por instâncias de poder (governos, reitorias, etc.); (5) enfrentamento de alterações legais que afetam a organização sindical; (6) a necessidade de atualização constante da organização docente para ser a melhor ferramenta possível, preservando os melhores atributos do congresso e aprofundando o trabalho do sindicato.

No debate, as intervenções abordaram:

- A relação entre as conquistas do movimento docente (carreira, salários, condições de trabalho) e organização sindical, isto é, como a atuação do sindicato nacional em defesa de uma carreira única e estruturada é componente fundamental do movimento docente.
- O mito de que o “ANDES não negocia”. Destacou-se como, entre 2012 e 2015, o ANDES-SN sentou em todas as mesas de negociação, mas levando propostas definidas pela base por meio de seu Comando Nacional de Greve. O mito de que “não negocia” surgiu do fato do PROIFES, desrespeitando as decisões da base, ter assinado acordos, enquanto o ANDES-SN respeitou as decisões dos comandos locais de greve de não assinar acordos com o governo (não foi o “ANDES-SN” como entidade abstrata, mas o comando geral de greve a partir das deliberações das entidades de base).
- O tema da organização pela base. Esse elemento é pouco compreendido ou é distorcido por organizações políticas que defendem seu programa político à revelia dos debates na base. Em essência, o ANDES-SN defende que delegado(a)s participantes de congressos e CONAD devem debater os cadernos de texto e levar as decisões de base para as instâncias deliberativas. Sem isso, a democracia e a horizontalidade do sindicato são prejudicadas.
- A gravidade dos ataques atuais. Além da desestruturação da Dedicção Exclusiva, há os riscos de perda de estabilidade, reduções salariais, piora das condições de trabalho etc.
- A prática sindical do ANDES-SN que acabou resultando em uma realidade complexa que nem sempre é plenamente compreensível por setores da base e, por isso, os espaços de formação do sindicato são de enorme importância.
- A centralidade de um projeto de educação pública e gratuita pautando a atuação e elaboração políticas do ANDES-SN.